

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO da
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Diretor:	Alain Florent Stempfer
Vice-Diretor Acadêmico:	Wilton de Oliveira Bussab
Vice-Diretor Administrativo:	Domingo Zurrón Ocio
Chefia do NPP:	Gisela Black Taschner
Comissão de Pesquisas e Publicações:	Antonio Carlos da Cunha Manfredini de Oliveira Carlos Osmar Bertero Claude Machline Fernando Cláudio Prestes Motta Gisela Black Taschner (Presidente) Marcos Henrique Nogueira Cobra William Eid Júnior

Impresso na Xerox Document Center da EAESP/FGV
Coordenação: Seiji Okuda
Editoração: Graciema Cavalcanti Bullara
Capa: Sônia da Silva Okuda

RESUMO

Desde o final da década de 70 tem sido proposto pelos estudiosos da área que o Planejamento para o Desenvolvimento Urbano através de Políticas Públicas, deva incorporar em sua agenda a questão de gênero, se a intenção desta tradição de planejamento é atender às diferentes necessidades da população. Isto é uma consequência da evolução do próprio conceito de desenvolvimento. Argumenta-se que a população não é homogênea. Mulheres e homens desempenham diferentes papéis (que são resultado das relações de gênero), e derivadas destes, diferentes necessidades. Gênero deve então ser parte integrante das políticas públicas.

Assim, esta pesquisa tem a intenção de examinar a incorporação de gênero na elaboração de políticas públicas para áreas urbanas. Isto será realizado através de uma análise comparativa de políticas públicas do Brasil e de outros países.

PALAVRAS-CHAVES

Desenvolvimento; Políticas públicas; Gênero; Necessidade de gênero; Necessidade de gênero estratégica; Necessidade de gênero prática; Divisão de trabalho de acordo com gênero; Papel produtor; Papel reprodutor; Papel gerente de comunidades.

ABSTRACT

Since the end of the 70's, it has been proposed by planners and academics alike, that Planning for Urban Development through Public Policies should incorporate in its agenda the issue of gender if the intention of this planning tradition is to attend the different needs of the population. This is a consequence of the evolution of the concept of development itself. It has been argued that the population is not homogeneous. Women and men have different roles (which are the result of gender relations) and derived from those, different needs. Gender should then be an integral part of public policies. So, this research intends to examine the incorporation of gender in the elaboration of Public Policies for urban areas. This is going to be done through a comparative analysis of public policies both from Brazil and other countries.

KEY WORDS

Development; Public policies; Gender; Gender needs; Strategic gender needs; Practical gender needs; Gender division of work; Productive role; Reproductive role; Community managing role.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	03
II. SÍNTESE DO PROJETO	04
III. TRAJETÓRIA SEGUIDA.....	06
IV. A PESQUISA	08
1. Introdução	08
2. Descrição e análise dos projetos	08
2.1 Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)	09
2.2 Programa de Núcleos Infantis de Cuidados-Ninhos (PNICN).....	11
2.3 National Literacy Programme of Namibia (NLPN) - Programa Nacional de Alfabetização da Namíbia	13
2.4 Lok Jumbish People's Movement For Education For All, Rajasthan (PMEA) - Programa Educação Para Todos de Rajasthan.....	14
2.5 Projeto Dique.....	16
2.6 Projeto México 70.....	18
3. Os projetos e a questão da incorporação de gênero	19
4. Conclusão.....	26
V. CONCLUSÃO.....	27
VI. ANEXO 1.....	28
VII. BIBLIOGRAFIA.....	30

DEVE GÊNERO SER INCLUÍDO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ÁREAS URBANAS

Leda Maria Vieira Machado

I. INTRODUÇÃO¹

Este trabalho é o resultado da pesquisa “Deve gênero ser incluído nas políticas públicas para áreas urbanas?”

Há mais ou menos duas décadas, a discussão do papel da mulher no desenvolvimento tem recebido atenção tanto dos acadêmicos com técnicos da área. Ao mesmo tempo que as condições de vida das mulheres vêm sendo gradativamente melhoradas, têm-se constatado que as políticas voltadas para o desenvolvimento não só não beneficiaram as mulheres, como muitas vezes as prejudicaram (Yieldeman, 1987). Como consequência a questão de como incorporar a mulher nas políticas de desenvolvimento ainda está em aberto, apesar de todos os estudos realizados tanto por pesquisadores como por técnicos envolvidos com esta questão.

A proposta é que conceitualmente a questão não deve mais ser mulher e desenvolvimento, mas sim gênero e desenvolvimento. A questão de gênero e sua incorporação nas políticas públicas para áreas urbanas é o objeto desta pesquisa.

A apresentação do relatório está organizada em cinco partes:

1. Introdução
2. Síntese do projeto inicial
3. Trajetória seguida
4. A pesquisa
5. Conclusão

¹Os autores que não são de língua portuguesa foram traduzidos pela autora

II. SÍNTESE DO PROJETO

Esta parte apresentará uma síntese do projeto inicial (objetivos, base teórica, hipótese, metodologia, fontes selecionadas e cronograma).

Desde o final da década de 70 tem sido proposto pelos estudiosos da área que o Planejamento para o Desenvolvimento urbano, através de Políticas Públicas, deva incorporar em sua agenda a questão de gênero, se a intenção dessa tradição de planejamento é atender às diferentes necessidades da população. Isto é entendido como uma consequência da evolução do conceito de desenvolvimento.

A partir do final da década de 70, especialistas da área começaram a propor que em vez de mulher e desenvolvimento, a questão deveria ser abordada pela perspectiva de gênero, ou seja, a partir do entendimento das relações socialmente construídas entre mulheres e homens.

Gênero foi proposto como alternativa ao termo sexo, pois homens e mulheres são categorias sociais historicamente produzidas e não devem ser reduzidas a uma categoria biológica. Oakley (1972) e Rubin (1975) distinguem entre 'sexo' e 'gênero'. Sexo é um termo com implicações biológicas, enquanto gênero tem implicações psicológicas e culturais.

A lógica que permeia a proposição que em vez de mulher e desenvolvimento, a questão deveria ser abordada pela perspectiva de gênero é que mulheres e homens desempenham papéis diferentes na sociedade e que portanto, têm diferentes necessidades. Além disso, eles têm tipos diferentes de acesso e controle sobre os recursos (Levy, 1990).

Moser(1986, 1989, 1992) é uma das principais proponentes do planejamento com a perspectiva de gênero. Devido aos diferentes papéis e de contextos sociais distintos em sociedades distintas onde predominam diferenças de classes, etnia, e também de gênero, homens e mulheres têm diferentes e às vezes conflitantes necessidades, que são necessidades de gênero. Elas podem ser práticas (são aquelas identificadas pelas próprias mulheres através de seus papéis aceitos na sociedade), e estratégicas (aquelas identificadas devido à posição da mulheres na sociedade).

Assim, este projeto tem como objetivo examinar em que medida as Políticas Públicas para áreas urbanas terão mais condições de satisfazer as diferentes necessidades da população (ou seja, as diferentes necessidades das mulheres e homens) a partir da incorporação do conceito de gênero.

A hipótese trabalhada inicialmente era que a incorporação de gênero nas políticas públicas as tornaria mais eficientes e eficazes. Com o desenvolvimento da pesquisa, problemas relativos à verificação da eficiência e eficácia foram encontrados. Optou-se então por outra hipótese, ou seja, que a incorporação de gênero proporcionaria condições para que a realidade dos diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres e conseqüentemente as diferentes necessidades vivenciadas por eles, poderiam ser melhor apreendidas. Desta maneira, as políticas públicas teriam mais condições de atender às essas necessidades, já que elas seriam melhor entendidas.

A metodologia adotada engloba tanto o que Scott e Shore (1979) definiram como pesquisa Teórica (Theoretical Research)- conhecimento para o entendimento-, como também o que Majchrzak(1984) definiu como Pesquisa de Políticas (Policy Research)- conhecimento para a ação.

A pesquisa se propôs à comparar Políticas Públicas que tenham incorporado a questão de gênero com aquelas que não incorporaram, para examinar em que medida a incorporação de gênero proporciona um melhor entendimento das diferentes necessidades da população.

O método usado foi o de análise de documentos produzidos (políticas, programas, projetos) por instituições que elaboram políticas públicas e ou as analisem, bem como entrevistas com os responsáveis pelos projetos (no caso de projetos desenvolvidos no Estado de São Paulo).

O cronograma foi o seguinte: coleta de material (outubro e novembro), análise do material coletado (dezembro, janeiro e fevereiro) e elaboração do relatório final (março).

III. TRAJETÓRIA SEGUIDA

A pesquisa teve início com contatos telefônicos para as diferentes instituições que elaboram e ou analisam políticas públicas. As instituições contatadas foram: Development Planning Unit (Londres), Instituto de la Mujer (Madri), Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP (Campinas).

Era previsto contatar também o Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Rio de Janeiro). Infelizmente não foi possível realizar o contato, pois as chamadas não foram respondidas. Em relação ao Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP, a coordenadora do mesmo Sônia Draibe foi contatada e informou que o núcleo não possuía nenhuma política pública, programa ou projeto que pudesse ser utilizado na pesquisa. Contudo, baseada no que estava sendo pedido (políticas públicas, programas, projetos que tivessem incorporado ou não a questão de gênero), foi recomendada a análise das políticas sociais que a Prefeitura de Campinas estava desenvolvendo.

Assim, com a recomendação de Sonia Draibe, a Prefeitura de Campinas, ou melhor o Sr. Arnaldo Machado de Souza (Secretário de Governo) foi contatado. Fui convidada a participar da cerimônia de inauguração de um centro comunitário. Depois do evento, todos os projetos que a prefeitura está desenvolvendo foram apresentados a pesquisadora. Dentre os vários projetos, dois foram escolhidos, o “Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima”, e o “Programa Núcleos Infantis de Cuidados-Ninhos”.

Outra visita foi realizada para a coleta de mais material. Nesta ocasião, o Sr. Elder Leal da Costa (Diretor de Coordenação de Descentralização), discutiu os pontos principais do programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

Através do Sr. Ronaldo Ramirez (Director Master’s Course on Housing in Development, Development Planning Unit) e Sra. Caren Levy (Director Certificate Course on Gender Planning and Policy: Working with Women and Men for Development), material a respeito de programas que incorporam gênero foram coletados e enviados. De um total de 13 projetos (África e Ásia) financiados pela Swedish Development Assistance, dois foram escolhidos para a pesquisa: “National Literacy Programme of Namibia”-NLPN-

(Programa nacional de Alfabetização Namibia), e “Lok Jumbish, People’s Movement for Education for All, Rajasthan” -PMEA- (Programa de Educação para Todos Rajasthan).

Somente esses dois projetos foram escolhidos, porque os outros(Gender Research on Urbanization, Housing and Everyday Life, Zimbabwe; Health Education, Water and Sanitation project, Zimbabwe; Gender-specific Statistics, Zimbabwe; Government Training for Governemnt Officials; Village Community Worker Training Programme, Zimbabwe ; Labour Based Road Construction Project, Namibia; Shishka Karmish Child Education Project, India; Tree Grower’s Co-operatives, India; Integrated Sanitation, Water, Guineaworm Control and Community Health project, India; Dungapur Integrated Wasteland Development Project, India, e Direct Support to Women’s Activities, Indisa) ou eram relativos a treinamento para funcionários públicos, ou voltados para as áreas rurais.

Outro programa da Indonésia que também não pode ser utilizado, pois era voltado para as áreas rurais do país: Programme for the Enhancement of the Role of Women in Indonésia, Bali Province and Java Province.

O fato da maioria dos projetos serem relativos às áreas rurais foi inesperado. Apesar de muito interessantes, o universo da pesquisa é políticas públicas para áreas urbanas. Assim, esses projetos não puderam ser incorporados à pesquisa.

Com o desenvolvimento da pesquisa, informações de projetos elaborados pelas prefeituras de Santos e São Vicente referentes a áreas urbanas degradadas foram conseguidas. Entrevistas foram realizadas com o Sr. Alfredo Buso (ex diretor da COHAB de Santos e atualmente assessor de Habitação da Secretaria de Governo de São Vicente), e Sra. Tássia Regino (assessora de Habitação da Secretaria de Governo de São Vicente).

Os projetos para as áreas urbanas degradadas são; “Projeto Dique”(Santos) e “Projeto México 70”(São Vicente).

As dificuldades encontradas foram relativas aos contatos que não puderam ser realizados ou, como no caso das instituições internacionais, devido à impossibilidade de contato mais sistemático e de discussões à respeito dos programas, projetos. A opção do telefone foi descartada desde o início devido ao alto custo das ligações internacionais. Foi pensada a possibilidade de se realizar discussões por fax, carta ou mesmo e.mail. Mas a diferença de fuso horário, carga de trabalho dos acadêmicos das instituições contatadas, mostrou que esta opção não era viável.

Quando da análise do material conseguido, ficou claro que a hipótese deveria ser reformulada (como já mencionado acima). Esta questão havia sido apresentada, por ocasião da avaliação do projeto. Desta maneira, este ponto foi desde o começo da análise do material, examinada.

A hipótese final é a de que a incorporação de gênero proporcionaria condições para que a realidade dos diferentes papéis desempenhados por mulheres e homens e conseqüentemente as diferentes necessidades vivenciadas por eles poderiam ser melhor apreendidas. Desta maneira, as políticas públicas teriam mais condições de atender a essas necessidades, já que elas seriam melhor entendidas.

IV. A PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

Esta parte vai apresentar a descrição e análise dos programas e projetos examinados pela pesquisa. Ela está organizada da seguinte maneira: primeiro os programas, projetos são descritos, depois analisados quanto à incorporação de gênero e finalmente a hipótese é verificada.

2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRAMAS E PROJETOS²

2.1. Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, (PRFM)

Este programa foi lançado em 1995, pela prefeitura de Campinas.

²Apenas os aspectos relevantes (dos projetos) à pesquisa, serão apresentados.

“(..) tem como objetivo complementar a renda das famílias em situação de extrema pobreza de modo que essas possam atender às necessidades básicas de seus membros”(Prefeitura Municipal de Campinas, 1995: 3).³

Mas o objetivo não é apenas distribuir benefícios monetários, é também

“(..) garantir a formação intelectual das crianças e adolescentes das famílias que vivem em situação de extrema pobreza de forma a assegurar-lhes alguns instrumentos que ajudem a romper com o círculo de reprodução da pobreza” (ibid.: 4).

Isto será feito através de um trabalho socio-educativo que garanta condições de desenvolvimento de seus membros, buscando o fortalecimento dos vínculos afetivos, integração como grupo e participação na comunidade.

A complementação da renda é baseada em um subsídio mensal, calculado de acordo com a renda e composição de cada família. Ou seja, é o equivalente à diferença entre o conjunto do rendimento da família e o montante resultante da multiplicação do número de membros da família (pai, mãe e filhos menores de 14 anos), pelo valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

Em sua primeira etapa, o programa tem como prioridade o atendimento das famílias das crianças desnutridas, notificadas pela rede de saúde e as famílias das crianças em situação de rua, ou seja, os grupos considerados de maior risco biológico e social.

As famílias são elegíveis para o programa desde que:

1. tenham crianças entre 0 e 14 anos que se encontrem em situação de risco (desnutridas ou em situação de rua),
2. tenham crianças portadoras de deficiências, independentemente da idade,
3. residam em Campinas há pelo menos 2 anos (na data da publicação da lei)
4. cuja renda mensal seja inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)

³Por família entende-se seus representantes legais (pai e/ou mãe), os filhos e dependentes.

5. caso a renda seja superior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) poderão ser atendidas desde que a renda mensal per capita seja inferior a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)
6. atendam às obrigações estabelecidas no Termo de responsabilidade e Compromisso (ver anexo 1)

Para o cadastramento é necessário os seguintes documentos:

1. comprovação de renda, que poderá ser feita através da carteira profissional, holllerits, recibos ou declaração do próprio punho (no caso de rendimentos de trabalho no setor informal)
2. comprovação de residência por qualquer documento que indique de maneira satisfatória a residência de fato no município
3. certidão de nascimento e/ou de guarda ou tutela dos filhos ou dependentes menores de 14 anos,
4. em caso de filhos maiores de catorze anos, mas portadores de deficiência, atestado médico que caracterize a deficiência
5. termo de responsabilidade

Para a obtenção de prioridade (crianças desnutridas ou em situação de rua)

1. documento que comprove que um ou mais filhos ou dependentes, tenham sido considerados desnutridos ou atestado de atendimento no programa de desnutrição
2. atestado de frequência do Serviço de Atendimento à criança e Adolescente Especial ou em outros programas da mesma natureza gerenciados por Organizações Não Governamentais.

O programa ainda define que o responsável perante o mesmo, será definido quando do cadastramento, e quando possível o Termo de Responsabilidade deverá ser assinado por ambos os responsáveis.

Define também que as crianças das famílias atendidas pelo programa deverão freqüentar a escola. É necessário que além do desenvolvimento de vínculos afetivos com a família, a criança também desenvolva vínculos com o processo educativo.

Mais, os responsáveis deverão participar dos programas de saúde e dos grupos sócio-educativos. Estes terão no máximo 15 participantes, e serão coordenados por dois técnicos (um/uma assistente social e um/uma psicóloga).

“O coordenador tem como função dirigir o grupo no sentido de oferecer limites, estruturar as discussões, destacando os aspectos mais relevantes e evitar que questões individuais prevaleçam sobre as grupais” (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995:21).

Esses grupos têm como objetivo a garantia de um espaço democrático de discussão e reflexão, que possibilite a construção da cidadania dos participantes(da Costa, 1995). Ou,

“(...) o objetivo é a dignidade dessas pessoas, mostrando que não estão sozinhas e que é possível ter uma vida melhor”(Teixeira, 1995: 14).

Os benefícios do programa são concedidos inicialmente por um ano, podendo ser renováveis, desde que conservadas as condições iniciais que o justificaram.

Em outubro de 1995, o programa atendia 1723 famílias (das quais 717 com renda zero) totalizando um total de 8.066 pessoas beneficiadas. Dessas famílias 45% eram monoparentais, e 55% biparentais. Das 45% monoparentais quase 100% elas eram chefiadas por mulheres (Prefeitura Municipal de Campinas, 1995a:-)

2.2 Programa de Núcleos Infantis de Cuidados - Ninhos (PNICN)

Este é outro programa da Prefeitura Municipal de Campinas e também é de 1995. Visa atender crianças de 0 a 6 anos ainda não atendidas pelo Sistema Municipal de Educação Infantil, e cujo os pais ou responsáveis das famílias não tenham condições para permanecer em suas residências para cuidar dos mesmos.

“Pela luta da sobrevivência, tanto o homem como a mulher buscam o emprego e os filhos ficam sem a companhia do pai e da mãe durante o dia. Dessa forma a existência de equipamentos sociais que venham atender a demanda das famílias que necessitam de um local seguro e adequado para deixarem seus filhos, passou a ser prioritário” (Prefeitura Municipal de Campinas 1995 b:1).

É clara a intenção da prefeitura de Campinas em atender à demanda da população que não tem acesso aos serviços de atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Principalmente aquelas que residem nos bairros menos assistidos pelo poder público.

Constitui-se na institucionalização de parcerias entre essas famílias e os Núcleos Infantis que tenham condições tanto de conforto e segurança para abrigar essas crianças.

Os Núcleos Infantis poderão ser organizados por pessoas físicas, associações de moradores e entidades de assistência social não governamentais. Para a organização dos Núcleos Infantis, será necessário:

1. a comprovação de espaço físico adequado para abrigar as crianças no horário das 7h00 às 19h00, de segunda à sexta-feira,
2. possuir no mínimo os eletro-domésticos fogão e geladeira e os utensílios básicos de cozinha,
3. apresentação da relação das crianças que serão cuidadas e a aprovação dos pais das mesmas.

No caso de pessoas físicas, será indispensável que os responsáveis tenham idade mínima de 21 anos, saibam ler e escrever e passem por avaliação sócio-psicológica.

O limite máximo de crianças que poderá ser atendida pelos Núcleos Infantis dependerá das condições físicas do local (e de detalhamento de critérios que serão estabelecidos na regulamentação do projeto lei que regulamenta o programa).

Para cada criança cuidada será provido um auxílio monetário de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), bem como os recursos materiais necessários à sua higiene e alimentação. Também será oferecido treinamento para a pessoa física e supervisão técnica periódica.

As famílias que pretendam deixar seus filhos aos cuidados dos Núcleos Infantis, deverão comprovar através de vínculo de trabalho ou de avaliação social que não têm condições de cuidar dos filhos ou dependentes.

2.3 National Literacy Programme of Namibia - NLPN (Programa Nacional de Alfabetização da Namibia)

Desde sua independência em 1990, a questão da educação de adultos é considerada prioritária pelo governo da Namibia. A educação recebeu 24% no orçamento de 1993/1994 (Lexow et alii, 1995:53).

“A instrução é vista como um componente essencial do desenvolvimento nacional, como também como contribuidor para o alcance da equidade, justiça, participação democrática e respeito pela dignidade humana” (ibid.:53).

Este é um programa nacional da Namibia. Foi oficialmente iniciado em 1992 pelo Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Não Formal para Adultos.

O grupo alvo é formado por homens e mulheres analfabetos, totalizando mais ou menos 300.000 pessoas (tanto nas áreas urbanas como rurais).

O objetivo

“(…) é atender às necessidades relacionadas à leitura, escrita, e números, dos jovens adultos incluindo aqueles maiores de 14 anos. Outro objetivo é aumentar quantitativamente e qualitativamente a participação de todos os cidadãos no processo democrático”(Lexow et alii, 1995: 52).

O projeto tinha como objetivo, desde a sua formulação, que ele era direcionado tanto para homens como mulheres. Assim, existiu um esforço explícito para que as mulheres participassem. Esse esforço consistiu em treinamento em ‘gender awareness’ dos técnicos envolvidos no programa, monitoramento da participação das mulheres, como também elaboração de material didático que incluísse tanto temas que interessam homens como também as mulheres (ibid.:54).

O programa foi organizado em três fases, cada uma com duração de um ano. A primeira, é o estágio básico, durante o qual os participantes desenvolvem habilidades essenciais de leitura, escrita e numéricas, em uma das línguas nacionais. A segunda, é o estágio funcional, no qual as habilidades desenvolvidas na fase anterior são consolidadas através do uso de textos que tenham relevância direta para a vida dos participantes. Já a última fase, é o estágio de alfabetização em inglês, durante o qual, os participantes aprendem habilidades básicas na língua inglesa.

Em dezembro de 1992, quase 15.000 pessoas haviam se matriculado na primeira fase do programa. As segunda e terceira fases foram introduzidas em meados de 1993, e desde então as matrículas para as três fases continuaram crescendo. Estatísticas do programa, indicam que em julho de 1994, mais de 33.000 pessoas estavam matriculadas nas diferentes fases do mesmo, aproximadamente 26.000 eram mulheres e 7.000 eram homens (Lexow et alii, 1995:54).

Em julho de 1993, os participantes da fase um foram testados. Desses, 80% demonstraram competência nas habilidades desenvolvidas por aquela fase. Contudo tem-se claro que é necessário que os participantes do programa sejam ativos no processo de aprendizado, por pelo menos 4 anos (ibid: 53).

2.4. Lok Jumbish, People's Movement for Education for all, Rajasthan - PMEA (Programa Educação para Todos de Rajasthan)

O Estado de Rajasthan é o segundo em tamanho na Índia, cobrindo 10% do território nacional, com uma população de 44 milhões em 1991, com 22% vivendo abaixo da linha de pobreza (ibid: 57-58).

Este programa desenvolvido pelo governo da Índia, através do Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos, do Departamento de Educação e do Departamento de Educação do Estado de Rajasthan, à partir de 1992, tem como público alvo crianças de até 14 anos, com ênfase especial nas meninas e nos mais desprovidos socialmente.

Seu início se deu em um período no qual a discrepância entre o número de matrículas entre meninos e meninas era enorme. De 40% entre 1955-1956, o número de matrículas das meninas caiu para 30% em 1991-1992 (ibid:62).

O objetivo geral é que através da mobilização e participação da população, no ano 2000 todos tenham recebido instrução.

O programa estabeleceu objetivos específicos em relação às questões de gênero. Eles são:

1. diminuir as diferenças de instrução primária entre meninos e meninas e fazer da instrução um instrumento de igualdade para as mulheres,
2. eliminar o preconceito de que as mulheres têm dificuldades com algumas matérias como, por exemplo, matemática e ciência, e concentrar o ensino desses assuntos para elas,
3. ensinar habilidades novas e não tradicionais para as mulheres para que elas desenvolvam auto-estima,
4. criar vínculos entre programas para as mulheres e os grupos de mulheres em trabalhos conjuntos, para que um sentimento de solidariedade seja conseguido,
5. fazer da questão *igualdade de gênero*, um pré-requisito para todos programas.

Para que os objetivos específicos sejam alcançados, várias estratégias foram estabelecidas, entre elas desenvolvimento de alianças com outros projetos que incorporaram gênero; envolvimento de mulheres que trabalham em diferentes categorias; incentivos para que os grupos de mulheres participem das diferentes atividades de suas comunidades; inserção das questões de interesse para as mulheres em todos os programas, eliminação de estereótipos de gênero; treinamento das mulheres em ofícios tradicionalmente considerados não 'femininos' como maçonaria [em junho de 1994, 100 mulheres haviam sido treinadas como pedreiras (ibid: 57)]; oportunidades para que as mulheres técnicas da administração sejam absorvidas pelo programa.

4.2.5. Projeto Dique

O projeto Dique começou a ser implantado em 1993, pela Prefeitura de Santos. É um projeto de ação multi setorial em área urbana degradada. Esta área degradada é uma favela na qual 85% das edificações são em palafitas de madeira, com vedação e estrutura precária (Prefeitura Municipal de Santos, 1994:-)

“A intervenção na Favela do Dique articula diversas linhas de ação com o objetivo de alterar a situação urbano-habitacional existente e promover desenvolvimento sustentável e a recuperação ambiental do ecossistema local”(ibid.::-)

O projeto contém cinco linhas básicas da ação:

1. acesso à habitação e à urbanização, tem como propósito a garantia do acesso a infraestrutura, e a transformação do espaço. A intervenção se dará em áreas já existentes e levará em conta o relacionamento da população com o seu contexto. As famílias terão acesso aos serviços de rede de água, esgoto, coleta de lixo, transportes e equipamentos urbano. A questão habitacional será resolvida através do parcelamento das áreas, sendo preservadas as habitações de alvenaria que apresentem bom padrão construtivo, as que estão em condições precárias ou construídas em locais insalubres, serão transferidas para as áreas urbanizadas da favela, respeitando-se assim a organização da vida da população. Outra questão é o solucionamento da macrodrenagem da área;
2. recuperação ambiental é prioritária tanto em relação à qualidade de vida da população, bem como do melhoramento da qualidade da água para toda a região. A recuperação ambiental conta com as seguintes ações: desativação do lixão; desenvolvimento de outras atividades para os catadores de lixo; recuperação do solo; tratamento urbanístico da área; recuperação da área de mangue; recuperação e preservação do Rio Bugre;
3. regularização fundiária para garantir a permanência da população na área ocupada, serão utilizados instrumentos legais-administrativos para que os habitantes tenham assegurada a legalização da posse;

4. combate à miséria e geração de empregos e renda; este projeto faz parte do programa nacional Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, organizado pela sociedade civil. Ações de caráter temporário como a absorção de mão de obra local desempregada para trabalharem em atividades do projeto. Ações permanentes para a geração de renda como oficinas de costura, mecânicas, sapatarias, etc, foram incentivadas.

Outra ação permanente é a instalação de uma fábrica de artefatos pré fabricados de cimento, para o emprego da população local. Em um primeiro momento a fábrica será usada principalmente para o atendimento das necessidades do projeto. Depois do término do projeto, espera-se que a fábrica consiga autonomia e auto sustentação, vendendo seus produtos para toda a região (Prefeitura Municipal de Santos, 1994).

Em um primeiro momento do projeto, as mulheres demonstraram interesse em desenvolver treinamento em corte e costura. Mais tarde, o interesse voltou-se para cursos de profissionalização na área de serviços domésticos, como empregadas e diaristas (questões de higiene, uso de eletro- domésticos, culinária, legislação trabalhista), e também cursos que discutissem a saúde da mulher. Na fase de realojamento para o novo habitat, as mulheres reivindicaram mais cursos de higiene, que as preparassem para as novas moradias (Regino, 1996).

5. promoção da cidadania e participação popular; esta ação é mais um processo do que uma ação pontual .

“Esta linha de ação desenvolve atividades que assegurem a participação comunitária no projeto, como um instrumento prioritário na expansão do exercício de cidadania em promoção de um novo modelo publico administrativo” (ibid.:14).

A comunidade está envolvida desde o princípio, e sua participação se dá através de diferentes formas. A comunidade é representada no Conselho de Habitação Municipal, Comitê Municipal para a Urbanização e Legalização do Dique, e grupos locais.

Os canais de comunicação abrangem uma rádio comunitária, um jornal , encontros, assembléias e seminários propostos tanto pelos grupos comunitários como a

administração municipal, políticos e movimentos sociais. O programa é composto de 6 fases que tiveram início em 1993 e que irão até 1996.

2.6 Projeto México 70

O projeto México 70 da Prefeitura de São Vicente, é um desdobramento do Projeto Dique da Prefeitura de Santos. Ele é a reprodução de uma experiência, que apesar de ter apresentado dificuldades, é considerada bem sucedida (Buso, 1996).

O projeto de Urbanização e Saneamento Integrado, abrange uma área de 300.000m², atingindo 7.480 pessoas que constituem 1.650 famílias. Dessas famílias, 37% têm renda per capita inferior a 0,5 salários mínimos, 55% têm renda familiar de até 3 salários mínimos. A taxa de desemprego atinge 8.5% dos chefes de família (Prefeitura Municipal de São Vicente, 1995:4).

Estima-se que 27,84 % das famílias são chefiadas por mulheres (Prefeitura Municipal de São Vicente, 1996: 14). Este dado é considerado subestimado, pois uma pesquisa anterior indicava que 60% das famílias seriam chefiadas por mulheres. Isto pode ser consequência da definição usada para chefe de família, e devido ao fato da pesquisa atual não diferenciar chefe de família de fato e de juro (Regino, 1996).

Em relação ao tipo e qualidade das habitações, 80% das edificações são em palafitas de madeira, sem nenhum sistema de esgoto sanitário, e o abastecimento de água (que atende toda a área) tem o nível de potabilidade comprometido, devido à maioria das tubulações ficar submersa em águas insalubres (Prefeitura Municipal de São Vicente, 1995:2,4).

As propostas de ação de acordo com a Prefeitura Municipal de São Vicente(1995) são as seguintes:

1. participação popular e exercício da cidadania, que consiste na construção de um modelo de gestão novo que crie canais que permitam a participação popular efetiva,

2. geração de emprego e renda, criando bolsa de empregos e capacitando a mão de obra local, principalmente a desempregada para ser empregada nas obras do próprio projeto,
3. regularização fundiária, adequando a terra à sua função social e definindo uma política que regularize a ocupação e ao mesmo tempo garanta a permanência da população na área, mantendo seus vínculos sociais,
4. urbanização integrada, através da melhoria da qualidade de vida, com o fim das áreas insalubres e alagadiças, com acesso individualizado à moradia, e com a implantação de esgoto,
5. alternativas habitacionais, garantindo condições de moradia saudáveis e sem risco,
6. recuperação ambiental, abrangendo a recuperação do mangue remanescente e o término do lançamento de esgoto e lixo a céu aberto.

3. OS PROJETOS E A QUESTÃO DA INCORPORAÇÃO DE GÊNERO

Depois da apresentação dos projetos escolhidos para fazerem parte da pesquisa, a questão da incorporação ou não de gênero em cada um deles será examinada.

O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, não incorpora a questão de gênero explicitamente em sua elaboração, mas demonstra conhecimento da realidade vivenciada pela população de baixa renda, não fazendo exigências que impediriam que mulheres se cadastrassem no programa.

Quando o programa define a família como sendo composta por pai e/ou mãe, filhos e dependentes demonstra que o modelo da família nuclear não é o único, e que outros modelos coexistem. Mais, mostra que a situação de muitas famílias chefiadas por mulheres é incorporada. Quando dá preferência para que tanto a mãe e o pai ou responsáveis assinem o Termo de Responsabilidade, deixa claro que tanto os homens como mulheres são responsáveis pelo cuidado dos filhos.

Isto pode parecer banal, mas o programa Profilurb em seu projeto Boa Vista exigia que o candidato ao programa fosse pai (e não pai ou mãe, ou responsável) de pelo menos duas crianças. Mesmo sem intenção o programa acabou por discriminar as mulheres chefes de família, pois considerou apenas que os homens pudessem ser chefes de família, e que a família seria nuclear. Como era um programa para a população que recebesse até 3 salários mínimos, na época estimava-se que muitas das famílias de baixa renda eram chefiadas por mulheres (de juro e de fato), e que a tendência era que este número continuasse crescendo (Machado, 1987).

Outro ponto importante , é que o programa não exigiu como prova de comprovação de renda a carteira assinada. De novo, isto é bastante importante, pois a tendência é de que as mulheres chefes de família estejam no setor informal da economia, o que torna impossível a carteira assinada (Machado, 1987; Barroso, 1982). Essas mulheres também têm uma rede de ajuda informal que complementa sua renda e que também não pode ser comprovada (Keare e Parris, 1982).

A obrigatoriedade da participação nas reuniões sócio-educativas, talvez sem intenção, preenche uma lacuna na vida das mulheres. Dados fornecidos pela Prefeitura de Campinas⁴ demonstram que a maioria dos que participam das reuniões são mulheres, e mais, os assuntos tratados são assuntos tradicionalmente de interesse da mulher, relacionados à seu papel doméstico. Eles variam desde higiene, vagas nas escolas para os filhos, brigas conjugais, educação dos filhos.

As reuniões não foram planejadas para que a maioria dos participantes fosse mulher, mas é isto que está acontecendo. O objetivo das reuniões desde o início, era a criação de um espaço político para construção da cidadania (da Costa, 1995), e pode ser considerado como um espaço onde as mulheres discutem seus interesses específicos de gênero.

⁴Dados ainda não tabulados.

Talvez as mulheres, por falta de um espaço próprio estejam usando este garantido pela prefeitura para poderem criar um só delas, como aconteceu nas reuniões da Igreja Católica na década de 70 no Brasil (Machado, 1995).

Este espaço seria a continuação do espaço doméstico, mas, o interessante, é que neste processo os espaços público e privado perdem suas fronteiras se mesclando. Pode-se ter a construção social de um novo papel para as mulheres, a partir de um universo conhecido por elas e legitimado socialmente. Afinal, elas estão se reunindo com mães, responsáveis pelo bem estar de seus filhos (Caldeira, 1987; Machado, 1995).

Outro dado muito interessante, é que depois da implantação do projeto, os técnicos baseados na experiência inicial, decidiram dar preferência a entrega dos cheques às mulheres. A justificativa é que as mulheres não gastam o dinheiro da família com supérfluos, são mais preocupadas com a família e responsáveis. Alguns homens gastavam o dinheiro recebido do programa com bebidas.

Mais uma vez, apesar de não ter sido conceituado pelo projeto, esta é uma questão de gênero. Devido à divisão do trabalho por linhas de gênero, na sociedade capitalista, a mulher ficou a única responsável pelo trabalho doméstico.

“O trabalho doméstico tem dois sentidos analiticamente distintos: trabalho feito dentro de casa e um tipo especial de trabalho como cozinhar, limpar, passar e outros. Na nossa sociedade o trabalho que é doméstico no primeiro sentido, é também doméstico no segundo (Mackintosh, 1979)” (Machado, 1995:64). Cuidar dos filhos e da casa é considerado tarefa feminina, é considerado obrigação das mulheres.

“(…) o reconhecimento do que determinada classe, cultura e período histórico espera das mulheres cria uma consciência de direitos e de obrigações que dão origem à força motivadora para a ação (...) A conscientização feminina se centraliza nos direitos de gênero, nas preocupações sociais, na sobrevivência. Aquelas com uma consciência feminina aceitam o sistema de gênero de suas sociedades; certamente esta consciência emerge da divisão de trabalho por sexo, que destina às mulheres a responsabilidade pela preservação da vida”(Kaplan, 1982:545).

Devido à consciência feminina, as mulheres se sentem responsáveis pelo bem estar de suas famílias, e sentem mais fortemente as responsabilidades derivadas da esfera doméstica.

Apesar do projeto não ter explicitado a incorporação das questões de gênero, algumas delas foram incorporadas, demonstrando que os técnicos do projeto conhecem as especificidades das mulheres e homens.

Em relação ao Programa Núcleos Infantis de Cuidados - Ninhos, gênero também não é incorporado de maneira explícita. Ocorre o mesmo que no programa anterior. O programa demonstra que os técnicos conhecem a realidade vivenciada pela população de baixa renda. Tanto homens como mulheres trabalham e muitas vezes, não tem com quem deixar os filhos, visto que a alternativa de creches particulares é inviável para as camadas mais pobres da população.

Outro ponto positivo, é que não se faz preferência para que seja uma mulher que cuide das crianças. Por outro lado, não existe nenhum incentivo para que os homens assumam essa entidade. Isto seria interessante, pois possibilitaria uma mudança nos papéis masculinos e femininos.

Infelizmente o programa ainda não foi implantado, ficando impossível a verificação dos que se cadastraram para organizar os Núcleos Infantis. Provavelmente, as mulheres serão maioria, reforçando assim que o cuidados das crianças é da responsabilidade das mulheres.

Por outro lado, o National Literacy Programme of Namibia (NLPN), incorporou gênero desde a elaboração do programa e estabeleceu objetivos específicos relacionados à essa questão.

O programa teve sucesso em conseguir a participação das mulheres, tanto que em 1994, o número de mulheres era quase quatro vezes o dos homens. Devido aos baixos números da participação masculina, ações foram tomadas para que o número deles aumentasse. Varias razões foram levantadas para explicar a baixa participação dos homens. A dificuldade que alguns homens enfrentam para admitir que são analfabetos, a percepção da pouca utilidade em investir tanto tempo em uma atividade que não trará benefícios imediatos.

Este fato reflete a necessidade de se refinar a análise de gênero no programa. De qualquer maneira, um número considerável de homens e mulheres está aprendendo a ler e a escrever devido a este programa.

“Para as mulheres, a participação nas aulas, já faz parte de um processo de “empowerment” - empoderamento, além de contato com novas informações, por exemplo, em relação aos direitos legais; novas maneiras de entendimento e oportunidades. Isto contribui tanto para as necessidades estratégicas das mulheres como dos homens”(Lexow et alii, 1995: 55).

Realmente a premissa deste projeto é que a alfabetização seria um caminho para uma participação mais democrática e justa.

Com relação às necessidades práticas, as habilidades de leitura, escrita e numéricas, possibilitaram as mulheres, desde ler as cartas dos maridos que migraram, contar o dinheiro usado nas compras, como também ajudar as crianças com os deveres escolares.

A questão de necessidades práticas ou estratégicas é uma que tem se tornado polêmica para os estudiosos da área. Apesar da incorporação de gênero nas políticas públicas estar fundamentada nessa dualidade e alguns projetos fazerem a distinção entre as necessidades práticas ou estratégicas e até elaborarem objetivos relativos a cada uma delas, têm-se argumentado que essa divisão não consegue compreender o universo das necessidades de gênero. Esta conceituação está sendo entendida como uma simplificação de um assunto bastante complexo, necessidades.

Um número razoável de mulheres que participaram ou participam do programa está sendo empregado como promotoras comunitárias de alfabetização, ou como organizadoras distritais de alfabetização. Desta forma, as mulheres além de ganharem conhecimento, habilidades, ganham status, e a possibilidade de trabalho no próprio projeto.

Um dos poucos aspectos negativos do programa, é que o material didático, não foi bem elaborado e em alguns casos reforçou os estereótipos de gênero. O material deveria refletir os diferentes interesses dos homens e mulheres, e discutir os estereótipos e não reafirmá-los.

Contudo, este projeto incorporou gênero tanto nas necessidades mais imediatas como nas de longo prazo, principalmente em relação às mulheres. Os programas precisam estar atentos para situações como a apresentada por este programa, no qual com a incorporação de gênero, um grupo da população não foi atendido como o outro, ou seja, parece que as mulheres foram melhor mobilizadas para participar do mesmo.

O Lok Jumbish, People's Movement for Education for All, Rajasthan, é outro projeto que incorpora gênero, tanto as necessidades práticas como estratégicas. Entretanto os objetivos que ele se propõe a alcançar (como são a longo prazo) não podem ainda ser avaliados.

O que pode ser enfatizado é que ele pelo menos na sua elaboração e em algumas ações pretende que tanto meninos como meninas tenham acesso à educação. O acesso das meninas é considerado pré condição para emprego futuro e para o 'empoderamento'. Para tanto, estratégias específicas foram adotadas para incentivar a participação das meninas, como por exemplo, aumentar o número de professoras, para que os pais se sintam seguros em mandar suas filhas para a escola. Isto, por outro lado, pode reforçar que as meninas só estão seguras tendo aulas com professoras mulheres. O que reforçaria um estereótipo de gênero, que as mulheres são mais confiáveis do que os homens.

Diferentemente do programa acima, o programa Dique, não incorpora gênero. Contudo, uma questão, em particular, é interessante de ser levantada. Um fato que merece ser analisado, é que em relação a emprego, em um primeiro momento foram as próprias mulheres que sugeriram a oficina de costura. Uma atividade tradicionalmente ligada ao papel feminino. Mais tarde, elas mostraram preocupação e interesse com a questão de emprego e propuseram cursos profissionalizantes, de novo, em trabalho tipicamente feminino, ou seja, trabalho doméstico como mensalista ou diarista.

Quando da mudança para as moradias definitivas, a questão mudou e passou a ser os cuidados com o novo habitat. Esses fatos demonstram que as mulheres têm uma percepção muito pragmática da realidade.

Como o programa conta com a fábrica de pré-fabricados, um programa de treinamento para as mulheres que estivessem interessadas na área da construção poderia ser

viabilizado. No caso das Micro Brigadas em Cuba (Mathéy, 1992), e no caso do Panamá (Girling, et alii, 1983) as mulheres foram consideradas ótimas pedreiras.

É importante oferecer às mulheres a oportunidade de treinamento em áreas consideradas não femininas, pois esse é um dos caminhos para a mudança nos estereótipos de gênero. Contudo, o programa apresenta um ponto bastante positivo, que é ouvir o que as mulheres estão reivindicando sem julgamentos de valor.

Como o Projeto México está em fase inicial e alguns aspectos ainda estão sendo elaborados, apenas um ponto poderá ser examinado. Uma questão de fundamental importância, é a coleta de dados. Devido a diferenças na pesquisa, primeiro tem-se que 60% das famílias são chefiadas por mulheres. Outra pesquisa, realizada pela gestão administrativa posterior aponta como sendo apenas 27,84 %; uma diferença nada desprezível.

“Para assegurar que as mulheres sejam adequadamente representadas nas políticas e programas, e para a promoção de maior equidade, é essencial que saibamos aonde as mulheres se encontram em termos sociais e econômicos”(Evans, 1992:11).

A definição de chefe de família precisa ser bem elaborada ou os participantes da pesquisa, devido à uma propensão em se pensar o chefe de família como sendo o homem, podem mascarar a realidade. O que pode ter conseqüências negativas para as políticas públicas. Como argumentado por Evans (1992), as pesquisas deveriam diferenciar entre mulheres chefes de famílias por composição da unidade doméstica, ou seja, famílias chefiadas por mulheres devido à ausência de um adulto homem por migração, divórcio, separação ou morte; ou baseadas na responsabilidade econômica, unidades domésticas nas quais as mulheres são as principais provedoras econômicas, independente da presença de um homem.

Este projeto poderia ser beneficiado pela incorporação de gênero, em várias ações propostas, como na questão de emprego (discutida no projeto anterior), na questões de desenho das moradias, e na participação comunitária. Mas isto seria um outro trabalho.

4. CONCLUSÃO

Esta parte do relatório examinou em que medida os programas e projetos incorporaram a questão de gênero.

Apesar de alguns deles não explicitarem gênero, a implantação dos programas demonstrou que as diferenças de gênero eram reconhecidas e algumas foram utilizadas de maneira a beneficiar os participantes dos mesmos, como no caso do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima. Neste caso, o pagamento do subsídio teve preferência de ser entregue às mães, pois constatou-se que elas são mais responsáveis que os homens com o dinheiro da família.

Isto é bastante interessante, pois demonstra que não é só conceitualmente que gênero deve fazer parte das políticas, mas também, pode e deve ser incorporado à medida que os programas são implantados, e os primeiros resultados monitorados.

Apenas dois projetos estabeleceram objetivos de gênero práticos e estratégicos. O National Literacy Programme of Namibia e o Lok Jumbish, People's Movement for Education for All, Rajasthan. Além do objetivo de alfabetização, ambos programas entendem a educação como um instrumento de 'empoderamento' das mulheres. Ou seja, a alfabetização instrumentalizará as mulheres a fazerem uso de meios próprios para a solução de seus problemas.

Esses programas entendem que as políticas públicas podem ser instrumentos na mudança das relações de gênero, podem contribuir para que as relações de gênero sejam mais equitativas.

Os projetos que não incorporaram gênero, também entendem as políticas públicas como instrumentais na construção de uma administração mais democrática e na construção da cidadania. Entretanto, apesar do reconhecimento do número de mulheres em cada projeto, a cidadania não é entendida como passando por relações mais equitativas de gênero.

Este projeto tem como hipótese que a incorporação de gênero proporcionaria condições para que a realidade dos diferentes papéis desempenhados por mulheres e homens e conseqüentemente as diferentes necessidades vivenciadas por eles pudessem ser melhor apreendidos. Assim, as políticas públicas teriam mais condições de atender essas necessidades, já que elas seriam melhor entendidas.

Os programas e projetos examinados, demonstram que tanto aqueles que incorporaram gênero implicitamente como explicitamente reconheciam a realidade das populações de baixa renda, bem como os diferentes papéis desempenhados por mulheres e homens. De certa forma, esses programas foram elaborados e implementados, para que mulheres e homens tivessem condições para desempenhar os papéis socialmente definidos.

Outros além do desempenho dos papéis socialmente definidos, também entendem que esses nem sempre permitem que as mulheres se desenvolvam como cidadãs. Entendem também que eles não são imutáveis, que estão sempre sendo construídos e negociados e que devem ser confrontados, caso a intenção seja que todos os membros da sociedade devem ter direito à equidade.

Assim, alguns projetos entendendo a necessidade das mulheres de 'empoderamento' como um mecanismo de encontrar soluções próprias para a situação de desvantagem que enfrentam, desenharam ações que desafiam os estereótipos que impedem seu acesso e controle dos recursos.

V. CONCLUSÃO

O trabalho demonstrou que a importância da incorporação de gênero nas políticas públicas, é uma ferramenta que propicia o melhor entendimento dos diferentes papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade. Demonstrou, também, que os diferentes papéis produzem diferentes necessidades, as quais precisam ser atendidas para que nenhum grupo da população seja excluído.

Gênero não pode ser considerado uma panacéia para a satisfação das diferentes necessidades, é um instrumento que possibilita o entendimento mais abrangente e complexo, de como a sociedade é estruturada. Classe, etnia também são outros instrumentos que não podem ser menosprezados. O ideal seria que esses três fossem levados em consideração.

Quanto a pesquisas futuras, 'empoderamento' é uma questão que deveria ser examinada, pois levanta pontos polêmicos. Por exemplo, em que medida é papel das políticas públicas a construção de relações sócias de gênero mais equitativas? E mais, em que medida é possível a tradução das necessidades estratégicas (que representam mudanças na estrutura de poder) em políticas públicas? Como já mencionado anteriormente, a dualidade das necessidades práticas e estratégicas, tem sido cada vez mais questionada. Isto traz à tona outra questão; é realmente produtora a conceituação de necessidades práticas e estratégicas, ou a proposta de Young (1993) em se diferenciar entre necessidades práticas e interesses estratégicos, faz mais sentido?

Mais, a conceituação de Molyneux (1986) de interesses práticos e estratégicos, que traduzidos por Moser (1989) para necessidades práticas e estratégicas, que têm sido a base de todo o planejamento com perspectiva de gênero, pode provocar a transformação da identificação das necessidades das mulheres em apenas um exercício de listagem de necessidades. De novo, será que a conceituação de Young (1993), não é conveniente?

VI. ANEXO 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E AÇÃO SOCIAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

(Requerente)

(Carteira Profissional)

(Cônjuge)

(Carteira Profissional)

Cadastrado no Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima sob o número (código), residente à (endereço), bairro, SAR declaram:

1. Estar cientes de que qualquer informação falsa os sujeitará às penas cabíveis e à imediata suspensão do benefício.
2. Assegurar que a aplicação do subsídio se dê de acordo com o planejamento estabelecido em conjunto com o técnico social do Programa, privilegiando os aspectos relacionados à melhoria da qualidade de vida do grupo familiar: moradia, saúde, geração de renda, educação e alimentação.
3. Garantir frequência na escola aos menores em idade escolar.
4. Garantir atenção à saúde da criança/adolescente regularmente.
5. Apresentar atestado de frequência dos menores em atividades complementares providas pela Prefeitura Municipal de Campinas ou Organização não Governamental (ONG).
6. Participar de atividades desenvolvidas por técnicos sociais do Programa: grupo educativo mensal, técnicas de avaliação e outros.
7. Assegurar a não permanência dos menores nas ruas, evitando a exposição dos mesmos à violência, exploração, discriminação e outros riscos.

Campinas, 18 de abril de 1.995.

(Responsável)

VII. BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, C. (1982) "Mulher, Sociedade e Estado no Brasil, UNICEL/Brasiliense, São Paulo
- CALDEIRA, T. (1987) "Mujeres, cotidianidad y politica", in Jelin, E. (org.) Ciudadania e identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos, UNSRID, Geneva
- EVANS, A. (1992) "Statistics", in Ostergaard, L.(org.) Gender and Development, outledge, London
- GIRLING, R. et alii (1983) "A preliminary evaluation of the Panama self-help women's construction project", ICRW, Washington
- KAPLAN, T. (1982) "Female consciousness abd collective action: the case of Barcelona-1910-1918, in SIGNS,v.7,n.3, p.545-67
- KEARE, D e PARRIS, S. (1982) "Evaluation of Shelter programs for the urban poor", World bank Staff Working Paper, n.547
- LEVY, C. (1990) "Critical issues in translating gender concerns into planning competence in the 1990's", trabalho apresentado no Congresso Conjunto da ACSP e AESOP Planning Transatlantic: Global Change and Local Problems, Oxford
- LEXOW, J. et alii (1995) "Empowering women-thirteen lessons from thirteen Swedish-funded projects, SASDA Working Paper n. 42
- MACHADO, L. (1987) "The problems for women-headed houseolds in a low-income housing programme in Brazil", in Moser. C. e Peake, L. (orgs.) Women Human Settlements and Housing, Tavistock, London

- MACHADO, L. (1995) "Atores sociais- movimentos urbanos, continuidade e gênero", Annablume, São Paulo
- MACKINTOSH, M. (1979) "Domestic labour and the household, in Burman, S. (ed.) Fit work for women, Croom Helm, London
- MAJCHZRAK, A. (1984) "Methods for Policy Research", Sage, London
- MATHÉY, K. (1992) "Self-help housing policies and practices in Cuba", in Mathéy, K. (org.) Beyond Self-help housing, Mansell, London
- MOLYNEUX, M. (1986) "Mobilization without emancipation? Women's interests, state and revolution", in Fager, R. et alii (orgs.) Transition and development: Problems of Third World Socialism; Monthly Review press, New York
- MOSER, C. (1986) "Women's needs in the urban system: training strategies in gender aware planning", in Schmink, M. et alii (orgs.), Learning about women and urban services in Latin America and the Caribbean, The Population Council, New York
- MOSER, C. (1989) "Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs", in World Development, vol.17, n.11
- MOSER, C. (1993) "Gender Planning and Development", Routledge, London
- OAKLEY, A. (1976) "Sex, gender and society", Harper and Row, New York
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995) "Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima", Prefeitura, Campinas
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995a) "Resultados preliminares- Descentralização de Campinas, Prefeitura, Campinas
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995b) "Projeto que institui o Programa Núcleos Infantis Cuidados- Ninhos", Prefeitura, Campinas

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS (1995) “Projeto Dique”, Prefeitura, Santos
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS (1994) “Case study-Dike project” an experiment in intersectorial action in an underprivileged area, Santos, São Paulo, Brazil”, trabalho apresentado no Round table Water and Health in Underprivileged Areas, Sophia Antipolis
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE (1996) “Projeto México para todos”, Prefeitura, São Vicente
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE (1995) “México para todos”, Prefeitura, São Vicente
- TELXEIRA, J. (1995) “Quebra das barreiras do centralismo”, trabalho apresentado no Seminário Descentralización y actores políticos nuevos, Quito
- YOUNG, K. (1993) “Planning Development with women”, Macmillan, London
- YUELDMAN, S. (1987) “The integration of women into development projects: observations on the NGO experiences in general and in latin America in articular”, in World Development, vol. 15

ENTREVISTAS

Alfredo Luiz Buso - Consultor do Projeto México 70

Éder Leal da Costa - Diretor de Coordenação de Descentralização e Participação

Tassia Regino - Consultora do Projeto México

RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS PUBLICADOS PELO NPP:

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1995

Proteção do Consumidor: um Estudo Comparativo Internacional
Gisela Black Taschner

Reconstruindo o Estado: Gestão de Organizações e Serviços em Processo de Mudança
Marta Ferreira Santos Farah

A Economia Política da Corrupção : o Escândalo do Orçamento
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Parques e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
José Carlos Barbieri

Regiões Metropolitanas Brasileiras: Índices de Diferenciação
Anita Kon

As Atividades Culturais no Eixo da Avenida Paulista
Heitor Frugoli Junior

O Ensino da Psicologia no Curso de Administração: como Trabalhar em Pequenos Grupos Favorecendo a Relação de Equipes
Ideli Domingues

Cultura da Vizinhaça: Identidade Individual e Vida Urbana
Marina Heck

Sistema de Informações para a Gestão Ambiental
José Delazaro Filho

Análise da Contribuição da Revista de Administração (1947-1992) na Evolução do Campo de Conhecimento em Administração Pública
Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Emprego na Teoria Econômica
Domingo Zurrón Ocio

A Ética na Propaganda
Maria Cecília Coutinho de Arruda

Terceirização em Informática
Jaci Correa Leite

Como Decidem os Administradores Financeiros sobre Custo e Estrutura de Capital das Empresas no Brasil
William Eid Júnior

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1996

A Avenida Paulista como Pólo de Expressões Públicas e Coletivas na Cidade de São Paulo
Heitor Frugoli Junior

Identidade e Vínculos numa Oficina de Marcenaria
Ricardo Rocha Brito Bresler

Análise das Propostas dos Cursos de Administração Pública no Brasil em Função da Evolução do Campo de Conhecimento
Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Jovem Administrador
Maria José Tonelli

Fronteiras da Nova Economia Institucional
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Conversas com Economistas Brasileiros
José Márcio Rego

Uma Investigação Empírica sobre a Moderna Teoria Financeira
William Eid Júnior

Modelos Ortodoxos de Inflação Alta: uma Análise Crítica
Luiz Antônio de Oliveira Lima

Impactos Profissionais e Políticos da Internacionalização da Ciência Econômica no Brasil
Maria Rita Garcia Loureiro Durand

Organizações Não-Governamentais na (Re)Construção da Sociedade Civil no Brasil: (Dinâmicas, Sujeitos e Vinculações entre Público e Privado nos Anos 90)
Ricardo Toledo Neder

Mercado de Capitais e Financiamento Privado para o Desenvolvimento
Guillermo R. Tomás Málaga Butron

Encomendas: Livraria Prefeito Faria Lima

Av. Nove de Julho, 2029 - Térreo

01313-902 São Paulo SP Brasil
